

Algumas Considerações sobre o *Enunciado* em Foucault e Bakhtin¹

Liráucio Girardi Júnior²

Resumo

Este artigo procura desenvolver algumas das principais questões que inquietavam Foucault em *A Arqueologia do Saber* e *A Ordem do Discurso* e verificar de que modo categorias como as de *enunciado* e *formações discursivas*, relacionadas à ordem e o desnivelamento dos discursos, podem ser aproximadas das análises do *enunciado*, dos *gêneros discursivos* e da presença de um *superdestinatário* em Bakhtin. Trata-se de um trabalho que encerra uma série de explorações e reflexões sobre as condições sociais de produção do discurso e de sua eficácia simbólica.

Palavras-chave: enunciado, formações discursivas, gêneros discursivos, discurso

Este artigo, de algum modo, encerra uma série de ensaios realizados a respeito da produção social de sentido nas sociedades humanas e as condições de sua eficácia simbólica (Girardi, 2006, 2007, 2009, 2015a, 2015b). O objetivo desses estudos era o de traçar uma “diagonal”³ (Deleuze, 2000) entre autores que partiam de problemáticas diferentes em suas pesquisas, mas que, ao mesmo tempo, permitiam importantes inflexões sobre as possíveis linhas de aproximação e de distanciamento teóricos entre eles.

As linhas de aproximação e afastamento, apresentadas aqui, procuram identificar como as inquietações de Foucault a respeito das *formações discursivas* e dos *enunciados*, presentes em *Arqueologia do saber* e *A ordem do discurso* (Foucault, 1986, 2006; Deleuze, 1988), podem ser aproximadas das reflexões propostas por Bakhtin a respeito dos enunciados (Bakhtin, 1997, 2000).

Embora Foucault tenha desenvolvido novas abordagens rumo a uma *genealogia do poder*, levando em consideração não somente os elementos discursivos, mas, também, os não-discursivos (Girardi, 2009), o propósito deste artigo é o de concentrar-se nas reflexões encontradas em *A Arqueologia do Saber* (1969) e em *A Ordem do Discurso* (1970).

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa da Intercom, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor (FFLCH). Professor de Sociologia da Comunicação – Cásper Líbero/USCS. Professor de Teorias da Comunicação – IA/Unicamp

³ “Nesse livro [Foucault] não tento falar por Foucault, mas traçar uma transversal, uma diagonal que iria forçosamente dele até mim (não tenho escolha), e que dissesse alguma coisa dos seus objetivos e dos seus combates como os percebi.” DELEUZE, Giles. *Conversações*, 1972-1990. 3. Reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

A preocupação inicial, indicada aqui, busca entender como as formações discursivas são capazes de gerar um sistema de dispersão de representações e ações que adquirem sentido e força social. Ou seja, como as *formações discursivas* podem constituir e instituir um regime de dispersão dos lugares de fala, dos modos de reconhecimento dos discursos e seus efeitos de verdade e poder.

O que Foucault chama de *discurso* não pode ser definido a partir de objetos, enunciados, conceitos ou temas. Não pode ser reduzido, ainda, ao papel dos agentes sociais em sua constituição e nem sequer obedece a um desenvolvimento contínuo. O que é produzido, a partir dele, é um regime de regras de formação que orienta a sua dispersão social (Machado, 2006).

É necessário destacar, antes de tudo, que o discurso sempre esteve controlado por uma série de procedimentos que buscam exorcizar os seus poderes, dominando sua capacidade de produzir acontecimentos aleatórios e exercer sua *pesada e temível materialidade* (Foucault, 2006).

A arqueologia do saber acaba por se constituir como parte de um esforço do autor para enfrentar inquietações sobre a formulação de sua problemática e dos métodos de investigação adequados a ela (2012). Entre esses problemas, destaca-se uma completa reconfiguração na abordagem do discurso, pois:

Os discursos não possuem âmago, não são um conjunto de significações. São séries de acontecimentos que a ordem do saber produz e controla. (...) Daí as perguntas sobre como o discurso funciona, quem o detém, de que lugar se fala, como seus efeitos são produzidos e regulados, serem as armas críticas mais eficientes para reconhecer o tipo de saber/poder que tem por alvo e produto o indivíduo moderno. (Araújo, 2004 p. 236-237)

As *formações discursivas* orientam esses *domínios*, esses *espaços de possíveis* do discurso, essa dispersão de objetos de conhecimento e controle. A formação de um *campo discursivo* não se faz pela unidade do objeto ou por um conjunto de noções homogêneas, nem sequer organiza-se progressivamente. As *formações discursivas* caracterizam-se por um sistema de *regras de dispersão*⁴ que orientam a produção de certas modulações

⁴ “Compreender-se-iam melhor as hesitações, os arrependimentos, as voltas se se soubesse que a escrita, navegação arriscada em um universo de ameaças e de perigos, é também guiada, em sua dimensão negativa, por um conhecimento antecipado da recepção provável, inscrita em estado de potencialidade no campo. (...) De fato, é sem dúvida em Michel Foucault que se encontra a formulação mais rigorosa dos fundamentos da análise estrutural das obras culturais. Consciente de que nenhuma obra cultural existe por si mesma, isto é, fora das relações de interdependência que a unem a outras obras, ele propõe chamar ‘campo de

discursivas. Elas apresentam uma *superfície de emergência* na arte, na sexualidade, nas punições, marcando um campo de diferenciação, uma *diacrisis*

Nesse sentido, algumas questões começam a ser configuradas por Foucault. Como a loucura, por exemplo, apareceu sob o domínio discursivo da medicina, da justiça penal, da religião, da literatura etc.? Como a medicina clínica orientou-se a partir de saberes e interesses que, de algum modo, manifestavam-se no discurso da economia clássica? Como a construção de uma *biopolítica* configura-se sobre a questão das grandes populações, objetivando-se na forma da medicina social? Quais são as *condições de possibilidade* que esses acontecimentos discursivos oferecem para a produção de objetos e seu controle? (Gregolin, 2004; Machado, 2006).

Faz-se necessário identificar nessas explorações o enunciado que as configuram, "o nexo das regularidades que regem sua dispersão" e que as orientam como um *feixes de relações* (Foucault, 1986). As formações discursivas orientam as grades de especificação das coisas, dos sistemas, das regularidades que agrupam, opõem, associam; enfim, orientam a modulação por meio da qual classificam objetos em uma *trama* ou *campo discursivo*.

Com isso, Foucault procura mostrar que um objeto não existe em uma espécie de limbo do qual é resgatado por meio de um olhar objetivo – o único capaz de revelá-lo. O objeto, as coisas, só existem sob um feixe complexo de relações que as fazem aparecer como acontecimento ou como positivities. Essas forças oferecem um campo de exterioridade, a partir de regimes de nomeação, classificação, explicitação, transformando o discurso um campo de possibilidades estratégicas a partir de suas regras de dispersão. Assim:

Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime de objetos (...) consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que se remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever." (Foucault, 1986 p. 56)

O discurso encontra-se no feixe de relações que orienta, produzindo seus efeitos de verdade e poder. Por isso, o acontecimento discursivo deve ser pensado em meio às linhas de força que o organizam - aos elementos do enunciado que o precedem - e que não podem ser reduzidos ao discurso em si mesmo.

Uma Arqueologia das formações discursivas

A questão que permanece constante em meio às investigações de Foucault diz respeito às condições de possibilidade de aparecimento de um enunciado – a condição de produção um saber. Trata-se, portanto, de produzir a arqueologia das forças que fazem com que um enunciado ou enunciados apareçam como acontecimentos. Deste modo:

... um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.” (Foucault, 1986 p. 32)

Para Foucault, a arqueologia não procura cartografar um enunciado como um processo de produção progressiva, que se escreve pouco a pouco através do tempo ou, até mesmo, como obra de um agente ou conjunto de agentes sociais. O que se procura é um sistema de dispersão que atravessa um domínio de objetos e temas e que permitem a elaboração de uma série de possibilidades estratégicas de produção de um saber.

É perceptível a inquietação do filósofo com essa questão: como lançar alguma inteligibilidade sobre as *formações discursivas* sem cair em outras formas de positividade?

Em *A ordem do discurso*, sua aula inaugural no *Collège de France*, o filósofo começa por observar que as sociedades humanas demonstram uma considerável intolerância sobre o discurso incontrolado, temendo seu poder mágico, seus perigos e a sua materialidade.

Essa questão não passou despercebida a Levi-Strauss ao constatar que em muitas culturas o uso da linguagem é feito com parcimônia (Levi-Strauss, 1985 p. 86). Bourdieu,

por sua vez, procura resgatar o poder mágico das palavras quando produzidas em determinadas condições sociais e históricas. O poder mágico das palavras é o que o sociólogo chama de *poder simbólico*, o poder de fazer ver certas coisas, de fazer crer e agir por meio das palavras ou, ainda, o poder de mudar o mundo ao mudar as categorias de percepção, de visão e divisão do mundo. (Bourdieu, 1989, 1996a)

Por sua vez, Foucault identifica o exercício do controle discursivo - diante desse “temor” - a partir de alguns procedimentos de *exclusão*, *sujeição* e *rarefação* produzidos pelos enunciados (Gregolin, 2004, Foucault, 2006). Os procedimentos ou princípios de exclusão e sujeição, de delimitação do discurso relacionam-se com os modos de interdição e instituição construídos historicamente, capazes de produção do reconhecimento da *palavra proibida* e da *palavra legítima*. Trata-se de uma interdição e, ao mesmo tempo, de um investimento (sempre presente no discurso) que se dá a partir da produção de um ritual:

Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (Foucault, 2006 p. 9-10)

Foucault destaca a fala do “louco” e a sua ambiguidade ao ser tratada ora como motivo de desprezo e riso, ora como reveladora de segredos e verdades ocultas. Lentamente e de modo descontínuo, os discursos sobre a loucura passam a ser produzidos, deslocados, envolvidos em práticas discursivas, redes de enunciados e instituições que conferem a seus agentes - seus portadores e representantes investidos dessa função - determinados poderes mágicos.

A configuração das formações discursivas e seus *terríveis poderes* pode ser observada por uma série de estratégias historicamente configuradas. No século VI, por exemplo, o discurso verdadeiro era o discurso que, ao mesmo tempo em que profetizava o futuro, contribuía para a sua realização, colocando em movimento uma adesão por parte dos homens que viam nele o seu destino. No século XVI, a verdade passa a se concentrar naquilo que o discurso dizia, ou seja, não era o ritual da fala que conferia o poder ao discurso, mas o próprio discurso. Uma nova ordem discursiva orienta o deslocamento do

reconhecimento das condições de enunciação para o próprio enunciado. No século XIX, o discurso é diferente nas formas, nos domínios e nas técnicas em que se apoia, distanciando-se de toda a cultura clássica:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades dos sábios outros, os laboratórios hoje. [Trata-se do] ... modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (Foucault, 2006 p. 17)

O que se destaca é a importância dos rituais como condição da própria existência de um enunciado e dos gêneros que organizam um novo campo de estratégias possíveis. Por meio deles, organizam-se os lugares e as formas públicas – histórica e socialmente reconhecidas – capazes de gerar a função de autor que o enunciado demanda. No mundo moderno, novos dispositivos sociais de controle substituem as antigas formas de sociedade de discurso, organizando novas formas de apropriação dos saberes e exercício dos poderes que articulam. Por meio deles, orienta-se uma nova *ordem do discurso*.

A *doutrina*, nesse caso, tem o sinal de uma *pertença prévia*, pois é responsável pela ligação ritualizada de um conjunto de indivíduos a certos tipos de enunciação (o que implica a exclusão de todos os outros tipos). Mas, justamente, por ligá-los a esses tipos de enunciação, contribuem para diferenciá-los de outros indivíduos e a gerar um processo de identidade entre eles⁵ (Foucault, 2006).

Essas observações levam a uma reflexão do filósofo sobre a produção de um *desnívelamento* entre as modalidades de discursos nas sociedades:

...os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (Foucault, 2006 p. 22)

⁵ Seria importante verificar como a noção de *campo*, desenvolvida por Bourdieu, aproxima-se ou distancia-se da abordagem de Foucault sobre as *formações discursivas* e os *dispositivos*. A abordagem parcial dessa questão foi esboçada em outro artigo que está aguardando publicação (Girardi, 2009).

Essa distinção entre os discursos do cotidiano e o discurso científico ou literário, por exemplo, não passou despercebida para Bakhtin, ao analisar a produção dos gêneros discursivos em meio aos quais o enunciado encontra seu lugar.⁶

Uma transversal para Bakhtin

Em primeiro lugar, Bakhtin constata, rompendo com o objetivismo, que *não existe atividade mental sem expressão semiótica*, não havendo uma *distinção qualitativa entre o conteúdo interior e a expressão exterior* em uma *enunciação* (Bakhtin, 1997 p. 112). A atividade mental (conteúdo interior) e expressão exterior (expressão semiótica) são indissociáveis. Esta é a condição de existência da atividade mental e sua capacidade de constituir formas semióticas expressivas. Assim:

As ciências humanas não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, referem-se ao homem em sua especificidade. O homem tem a especificidade de expressar-se sempre (falar), ou seja, de criar um texto (ainda que potencial). Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humanas etc. ... O ato humano é um texto potencial e não pode ser compreendido (na qualidade de ato humano distinto da ação física) fora do contexto dialógico de seu tempo (em que figura como réplica, posição de sentido, sistema de motivação) (Bakhtin, 2000 p. 334).

Essas formas expressivas são produzidas na interação social por meio da qual alguém só pode ser definido em relação a um outro, ao identificar-se como aquele que fala e aquele que é capaz de se colocar no lugar de quem ouve. Nesse processo, os agentes sociais não seguem regras mecanicamente, mas movimentam-se dentro de algumas fronteiras ou até mesmo ultrapassam-nas - para alcançar algum efeito de poder ou originalidade – a partir de reapropriações e inovações.

Com isso, os fundamentos sociais do discurso começam a se destacar, pois o sentido só pode ser produzido na relação com o outro, na interação em um momento histórico específico.

A complexa produção de esferas de atividades relativamente autônomas no mundo moderno pode ser pensada a partir das formações discursivas que as atravessam. Embora

⁶ A posição dos autores a respeito da questão do “sujeito” na formação do enunciado mereceria uma atenção especial, mas, não será desenvolvida aqui.

seja um propósito arriscado, o que se pretende agora é a introdução da formação dos gêneros do discurso nessa abordagem.

Para Bakhtin, cada esfera de atividade (que é em si comunicativa) articula um repertório de gêneros. Para identificá-los, é necessário levar em consideração o sistema de dispersão que organiza seu conteúdo temático, seu estilo verbal e a sua construção composicional. Se o enunciado é único e aparece como acontecimento em meio às formações discursivas, ele é ao mesmo tempo ligado a uma *rede dialógica*.

Para o entendimento dessa rede dialógica faz-se necessário destacar duas condições muito particulares para sua existência: a) qualquer enunciação é uma "fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política etc.)" e b) a comunicação verbal "...é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não-verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimonial etc.) dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar" (Bakhtin, 1997 p. 12).

A enunciação deve ser pensada então a partir de seu enredamento a certos campos enunciativos anteriores com as quais estabelece um diálogo, contesta ou submete a reformulação (Mey, 2001).

Bakhtin observa que a comunicação verbal encontra sua expressão exterior em situações específicas não necessariamente aleatórias. A situação e o público a que se destina estabelecem o campo no qual as estratégias enunciativas elaboram-se de modo a encontrar a sua expressão exterior adequada. Por isso, deter certa habilidade para decifrar um código linguístico pode ser bastante ineficaz se os agentes não encontrarem um conjunto de referências/saberes extralinguísticos para orientá-los.

Logo, o enunciado não depende apenas do locutor para dar início a uma espécie de processo de comunicação. Todo enunciado postula um ouvinte já que "não existe palavra que não seja de alguém" ou dirigida a alguém. O *locutor* como o primeiro elemento do enunciado, com seus "direitos imprescritíveis sobre a palavra", encontra um interlocutor com seus direitos sobre a mesma. Esse *interlocutor* (o segundo elemento) pode ser visto como alguém mais ou menos próximo, concreto ou imaginário, por meio do qual o locutor espera por uma atitude responsiva ativa.

Mas, o que é importante ressaltar no pensamento de Bakhtin é a presença de um terceiro elemento:

A palavra é um drama com três personagens (não é um dueto, mas um trio). (...) o autor do enunciado, de modo mais ou menos consciente, pressupõe um *superdestinatário* superior (o terceiro), cuja compreensão responsiva absolutamente exata é pressuposta seja num espaço metafísico, seja num tempo histórico afastado. (...) Em diferentes épocas, graças a uma percepção variada do mundo, este superdestinatário, com sua compreensão responsiva, idealmente correta, adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da história, a ciência etc.) (...) Todo diálogo se desenrola como se fosse presenciado por um terceiro, invisível, dotado de uma compreensão responsiva, e que se situa acima de todos os participantes do diálogo (os parceiros) (Bakhtin, 2000 p. 350 e 356)

Nessa mesma direção, Foucault trabalha com a noção de *formações discursivas*, que podem remeter a um possível ponto de convergência com o *superdestinatário* - o terceiro elemento no drama da enunciação - destacado por Bakhtin. Pode-se dizer que, para Foucault, um livro é também um sistema de remissões, um nó em uma rede. Em sua pesquisa arqueológica, o filósofo francês procura entender como aparecem certos regimes de dispersão em meio aos quais os discursos encontram seu modo de existência e sua materialidade e como são capazes de orientarem-se como *nós* em uma rede discursiva. As formações discursivas orientam certo *campo enunciativo* por meio dos quais ocorrem os *jogos enunciativos* particulares.

Para Bakhtin, o enunciado encontra-se no *cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática* que não pode ser reduzida à análise linguística. Os gêneros do discurso do qual o enunciado é portador serve de *correia de transmissão* que permite estabelecer homologias entre a história da sociedade e a história da língua, já que nenhum acontecimento discursivo “pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero” (Bakhtin, 2000). Sendo assim:

Quando escolhemos um determinado tipo de oração, não escolhemos somente uma determinada oração em função do que queremos expressar com a ajuda dessa oração, selecionamos um tipo de oração em função do *todo* do enunciado completo que se apresente à nossa imaginação verbal e determina nossa opção. A ideia que temos da forma do nosso enunciado, isto é, de um gênero preciso do discurso, dirige-nos em nosso processo discursivo. (Bakhtin, 2000 p. 305)

Os gêneros do discurso para Bakhtin podem ser identificados como *primários* e *secundários* de acordo com: a) a esfera de comunicação em que ocorrem, b) seu conteúdo temático, c) seu estilo verbal (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e d) sua

construção composicional (tipos de estruturação e de conclusão, tipo de relação com o interlocutor etc.). Esses elementos estão presentes no campo e nos jogos enunciativos que os regem.

Os *gêneros primários* são identificados, nos termos utilizados por Foucault, como “aqueles que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas”, (felicitações, cumprimentos, revelações, casos, novidades, ordens) que podem ser mais ou menos familiares ou íntimos⁷.

Por outro lado, os *gêneros secundários* tendem a oferecer um grau de formalidade e institucionalidade em sua entonação expressiva, assumindo um caráter normalmente prescritivo e, de certo modo, bastante complexo.

Eles exigem uma *esfera de comunicação relativamente autônoma*, tendem a *reduzir as manifestações da individualidade* (com exceção dos gêneros artísticos-literários), adquirindo *uma forma padronizada de expressão* (a nota oficial, a ordem, o diagnóstico etc.) e uma *materialidade* própria⁸. No entanto, como observa Billouet, é preciso distinguir em Foucault:

... a *enunciação*, que é um evento singular, e o *enunciado*: os diferentes exemplares de um livro são o mesmo jogo de enunciados (...) Um enunciado existe em uma ‘materialidade repetível’, ao passo que uma enunciação é um acontecimento espaço-temporal. Essa possibilidade de se repetir presume um ‘campo de estabilização’ ou um ‘campo de utilização’” (Billouet, 2003 p. 113)

Da Ordem e do Desnívelamento dos Discursos

⁷ Para Bakhtin, há uma possibilidade de integração de enunciados de um gênero em outro. Entretanto, esse deslocamento muda a condição do enunciado. Em todo caso: “A época, o meio social, o micromundo – o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas – que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom; são obras científicas, literárias, ideológicas, nas quais as pessoas se apoiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração” (Bakhtin, 2000 p. 313)

⁸ A questão da materialidade em Foucault e Bakhtin é significativa: “...o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecida todas as suas determinações: em parte, ela o constitui (...) Composta das mesmas palavras, carregado exatamente do mesmo sentido, mantido em sua identidade sintática e semântica, uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se for escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As coordenadas e o status do material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos.” (Foucault, 1986 p. 115). Felinto (2011) observa como as pesquisas de *A Arqueologia do Saber* influenciaram autores como Kittler e Zielinski – principais referências da teoria dos meios alemã.

O que Foucault chama de *A Ordem do discurso* configura-se em meio a *princípios de classificação, de ordenação, de distribuição* que podem ser, de algum modo, controlados pela função do *comentário*, do *lugar do autor* e da *formação da disciplina* (Foucault, 2006, 2012).

O comentário produz uma relação original entre o *texto primeiro* e o *texto comentado* de tal modo que: a) com ele se construiria novos discursos sobre o que o texto primeiro trazia de múltiplo ou oculto; b) ele revelaria o que estava “articulado silenciosamente” no texto primeiro, ao “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”. Tratar-se-ia, então, de uma espécie de *vontade de realização do texto* (Foucault, 2006 p. 25). Ele só pode ser produzido no interior de um campo enunciativo, pois o enunciado é sempre relacional, uma vez que a sua emergência como acontecimento coloca-o no jogo e nas estratégias enunciativas das quais ele é parte.

Quanto ao sujeito do enunciado, ele é identificado a partir de uma *função* determinada, um *lugar determinado e vazio* que pode ser ocupado por diversos indivíduos. Do mesmo modo, esse sujeito não pode ser identificado como o produtor intencional de todos os elementos necessários a uma significação. O autor não é aquele que pronunciou ou escreveu um texto, mas aquele que representa um princípio capaz de gerar um agrupamento do discurso a partir de sua unidade, origem e coerência. Sendo assim:

... existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários, mas não de um autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se bem que ela não desempenha sempre o mesmo papel; na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. (Foucault, 2006 p. 27)

Se no discurso científico não há necessariamente o *lugar* de um *autor* único, por meio do qual o texto ou a fala encontram reconhecimento, como na Idade Média (uma vez que se depende, hoje, da comunidade científica); na literatura, a noção de autor passou a ser essencial (quando, na Idade Média, a esse lugar ficava reservado praticamente ao anonimato). Na busca do autor, torna-se muitas vezes, necessária a busca por uma ordem, uma coerência, uma temática difícil de se estabelecer com clareza.

Nesse sentido, o discurso irrompe como acontecimento em um regime de forças na qual produz-se a *função do autor*. O enunciado é prescrito pela *função do autor*, na maneira pela qual essa função representa uma relação de forças local e específica em uma época e na maneira pela qual o próprio autor, investido dessa função, a modifica. O que está em jogo é sempre a *função de autor* em lutas estratégicas de um *campo* e de seus *jogos enunciativos* (Foucault, 2006, Billouet, 2003).

Essa *posição-função* de autor permite que os indivíduos assumam posições diferentes nos diferentes gêneros de discursos produzidos em diferentes campos sociais (literário, científico, religioso etc.). Por meio dessa atribuição é que o discurso ganha existência, materialidade e circula no interior do *campo enunciativo*.

O último procedimento interno de controle, de rarefação do discurso, encontra-se na formação da *disciplina*. As disciplinas interpõem-se e opõem-se ao princípio do *comentário* e do *autor* por apresentarem-se explicitamente como um sistema anônimo. Contrapõe-se ao lugar do autor, pois é definida por um conjunto de método, regras, definições, além de um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras que geram uma espécie de *sistema anônimo* (Foucault, 2006). Por outro lado, contrapõe-se ao comentário, pois não se trata de um sentido que precisa ser redescoberto.

A disciplina é um regime de geração de novos enunciados, uma capacidade de formulação constantemente de novas proposições. Ela não é, portanto, um conjunto de conhecimentos e objetos dados a partir de um princípio de coerência ou de sistematicidade.

Os erros, tanto quanto as verdades, fazem parte de uma disciplina. Em uma disciplina é preciso que a proposição esteja dirigida a *um plano de objetos determinado*, faça uso de *instrumentos conceituais ou técnicas bem definidas* (e suas metáforas), devendo permanecer em um *horizonte teórico* de reconhecimento dessas proposições. Como exemplo, pode-se destacar as noções metafóricas que ganharam a classificação de *senso comum*, de credices etc. e a maneira pela qual foram substituídas por outras noções metafóricas, reconhecidas pelas regras desse campo enunciativo e do jogo particular promovido pela disciplina.

O *erro*, portanto, só existe no interior desse jogo, de um sistema de relações entre posições e proposições reconhecidas e não reconhecidas. O não reconhecimento de uma *verdade* ocorre devido ao fato de não ser possível localizá-la naquele horizonte teórico

em que está sendo produzida (tal como os experimentos de Mendel).⁹ Envolvida por esse jogo de reconhecimento, um *novo objeto* exige não apenas *novos instrumentos conceituais* (e técnicos) e *novos fundamentos teóricos*, mas um novo regime de enunciados.

Mendel produz uma proposição *verdadeira* que não pode ser reconhecida como verdade no discurso biológico de sua época. Nesse sentido, pode-se dizer que é perfeitamente possível encontrar uma série de *erros disciplinados* (Foucault, 2006). O acontecimento discursivo *verdadeiro* só ocorre no interior de um enunciado por uma espécie de *polícia discursiva* reativada constantemente na produção do próprio discurso.

Logo, para enfrentar o desafio do trabalho arqueológico sobre as formações discursivas, uma nova postura metodológica é exigida. Trata-se de observar: a) o *princípio da inversão*: reposicionar o papel do autor na rarefação do discurso, b) o *princípio de descontinuidade*: não se está à procura de um *discurso ilimitado, contínuo e silencioso*, c) o *princípio de especificidade*: o mundo não tem uma face legível que deveríamos decifrar, já que o discurso não deixa de ser *uma violência que fazemos às coisas* e d) o *princípio da exterioridade*: o discurso deve ser avaliado nas suas *condições externas de possibilidade*. Deste modo:

O enunciado requer um referencial, uma posição de sujeito, um campo associado e uma materialidade. Uma formação discursiva é um grupo de enunciados cujas ligações não são gramaticais, lógicas ou psicológicas. As quatro direções da análise das formações discursivas visam à formação dos objetos, das posições subjetivas, dos conceitos e das escolhas estratégicas. (Billouet, 2003 p. 113)

Ou ainda, como observa Machado:

Em suma, o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando unidade lógica ou gramatical, se relacione com um domínio de objetos, receba um sujeito possível, coordene-se com outros enunciados e apareça como um objeto, isto é, como materialidade específica. (Machado, 2006 p. 152)

⁹ Gregor Johann Mendel (1822 - 1884) foi um monge agostiniano e botânico. Em 1865, formula e apresenta em dois encontros da Sociedade de História Natural de Brno as leis da hereditariedade, hoje chamadas *Leis de Mendel*, que regem a transmissão dos caracteres hereditários.

A materialidade é a base do enunciado, mas ela não é somente da ordem física dos meios, ela é da ordem das instituições e dos rituais. Os elementos que controlam a ordem do enunciado e que, ao mesmo tempo, garantem a sua dispersão foram identificadas, aqui, como as *formações discursivas* de uma época – sendo *a época*, ela mesma, identificada muitas vezes por essas formações.

A partir da observação desses princípios, as análises de Foucault indicam que no lugar de categorias como *criação, unidade, originalidade e significação* deve-se procurar reconstruir o *acontecimento*, a *série*, a *regularidade* e as *condições de possibilidade* que as constituem, respectivamente, como formações discursivas.

O enunciado pode ser pensado, então, como se fosse um *terceiro elemento invisível* da relação comunicativa, chamado por Bakhtin (2000) de *superdestinatário*, e que se situa acima dos participantes do diálogo – locutores e interlocutores. (Bakhtin, 2000). Ele não seria somente mais um elemento da tríade, mas um princípio orientador do campo de possibilidades estratégicas do discurso tal como destacado acima por Foucault.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do Signo ao Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BILLOUET, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996a.
- _____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- DELEUZE, Giles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- _____. *Conversações*. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2000
- FELINTO, Erick. **Da Teoria da Comunicação às Teorias da Mídia ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura**. Revista Eco-Pós, vol. 14 n. 1, 2011
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.
- _____. **Microfísica do Poder**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **A ordem do discurso**. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. **Ditos e Escritos – vol IV: estratégia - poder – saber**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

GIRARDI JR., Liráucio. As Ciências Sociais e a Pragmática: diálogos sobre a recepção. *Libero (FACASPER)*, v. 9, p. 127-135, 2006.

_____. **Pierre Bourdieu: questões de sociologia e comunicação.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

_____. Bourdieu e Foucault: entre dispositivos e disposições. Trabalho apresentado no *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ)* – reelaborado e aguardando publicação.

_____. Do Interacionismo Simbólico aos Jogos de Linguagem: a produção social de sentido. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Rio de Janeiro, RJ – 2015a

_____. Pierre Bourdieu: mercados linguísticos e poder simbólico. 24º *Encontro da Compós* – Brasília/DF, 2015b (GT Epistemologia da Comunicação)

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux: na análise do discurso.** São Carlos/SP: Clara Luz, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

MACHADO, Roberto. **Foucault: a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

MEY, Jacob L. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MUCHAIL, S. T. O Lugar das Instituições na Sociedade Disciplinar. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco (org.) **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.